

Semana da Pátria:

A Independência e a Capitania de Santa Catarina

Oswaldo R. Cabral

*Palestra proferida a 2 de setembro de 1964,
em Florianópolis, no Teatro Álvaro de Carvalho,
pelo Prof. Dr. Oswaldo R. Cabral,*

Três fatos, no calendário da nossa emancipação política, revestem-se de grande importância e se apresentam ao crítico e ao historiador como essenciais no estudo desse evento para nós tão grato que, para comemorá-lo, fazem-se, aqui, como em todo o país, as mais significativas solenidades: - o Fico, o grito do Ipiranga e a abdicação.

Qual deles, em verdade, terá sido o mais importante, qual dos três, efetivamente, colocou um ponto final à dominação lusitana e nos tornou, de fato, uma nação, é tarefa que ao historiador, analisando-os e comparando-os caberá dizer e apontar.

O primeiro, ato de rebeldia apenas preparatório, o segundo, de rompimento incontestado, ou o último, de dispensa de um Príncipe impetuoso, mas, sem dúvida, guardando ainda no coração os naturais sentimentos de amor ao seu torrão natal e de

respeito à sua linhagem dinástica?

O Fico, marco inicial, estaca zero da caminhada, preparado pelos patriotas que sonharam com a independência, que teria a extensão de um rompimento com as Côrtes de Lisboa e como consequência irremovível a emancipação, quase foi desfeito por uma posterior declaração do Príncipe, declaração preparada pelos seus compatriotas, que o cercavam e eram os validos da sua Côrte. O momento histórico do Ipiranga, mesmo colocado em dúvida como já o foi, o instante imortalizado por Pedro Américo, com efeito, é o ponto culminante de todo um processo, nos tornou uma nação, cuja independência ainda foi preciso pagar para se tornar efetiva e definitiva. Entretanto, não bastava, pois continuávamos com os saudosistas portas a dentro, tramando a derrubada de toda a epopéia construída

pelos obreiros da independência. Na verdade, passariam nove anos para que fôsse desarticulada tôda a máquina da influência lusitana no país, cuja peça principal constituiu-se o Bragança estouvado que não fôra educado para reinar como um príncipe, mas para dominar como um déspota. Talvez, no taboleiro das cogitações políticas, a retirada desta peça do jogo tivesse sido o mais importante movimento, cujas consequências excederiam às do próprio **xeque** imposto na jogada de 7 de setembro. Assim, teria sido, na partida da nossa emancipação, o 7 de abril a jogada verdadeiramente decisiva que obrigou o contendor a abandonar as suas peças e dar por perdida a disputa.

Porque, em verdade, senhores, havia um Partido português, numeroso e astuto, que se apoiava no compatriota que se assentara no único trono erguido na América e que não se conformava com a separação. Mas havia, também, uma consciência nacional, que não admitia a possibilidade de estender novamente os punhos da nação às algemas de além mar, que, sentindo crescer-lhe as barbas da maioridade, repelia um pátrio poder que excedera, de muito, aos seus limites, que não suportava o regresso a uma submissão

passiva e confrangedora.

O movimento das Côrtes de Lisboa, para derrubar o absolutismo bragantino, obrigando o Rei a aceitar uma Constituição, foi bifronte. Ao mesmo tempo que exigia direitos reconhecidos aos reinóis, pretendia manter um absoluto poder sôbre o Brasil. Não ignorando a extensão nem a coesão do movimento separatista, pretendeu desarticular o conjunto, que era justamente aquilo de que mais se podiam orgulhar os portugueses - isto é - a coesão do império lusitano d'aquém mar - contrariamente ao império castelhano, que se dividira em numerosas nações - não hesitaram as Côrtes em fragmentar o bloco. O Pará foi considerado Província de Portugal, separada da comunhão brasileira, excluída do Reino brasileiro. Juntas Provinciais, que haviam sido criadas, não mais comunicariam seus atos ao Príncipe Regente, mas diretamente a Lisboa. Tudo representava uma nova tentativa de colonialismo através da centralização reinol. As Juntas do Maranhão, de Pernambuco e da Bahia foram constituídas, na maioria, de lusitanos, fiéis à sua Pátria de origem - e o Príncipe Regente, suspeito às Côrtes como co-nivente no movimento nacionalista, teve ordem de preparar-se para

regressar à Europa.

Declarou-se pronto a cumprir a intimação, enquanto os conspiradores articulavam o movimento que deveria redundar na sua permanência. A publicação dos Decretos das Côrtes, entretanto, causara forte comoção popular. Bonifácio aconselha o Príncipe a ficar. D. Leopoldina, valorosa aliada dos brasileiros, age no mesmo sentido. O Senado da Câmara suplica ao Príncipe, em nome do Povo, que fique. Todos conhecem os fatos e já decoraram a frase de D. Pedro, afirmando que ficaria. Mas os lusos procuraram amenizar o tom de rebeldia e o ato de desobediência. Registram os historiadores que José Clemente Pereira, Presidente do Senado da Câmara, assim redigiu o Edital com a resposta do Regente: - "*Convencido de que a presença de minha Pessoa no Brasil interessa ao bem de tôda a nação portuguesa, e conhecendo que a vontade de algumas Províncias o requer, DEMORAREI a minha saída até que as Côrtes e Meu Augusto Pai e Senhor deliberem a êste respeito, com perfeito conhecimento das circunstâncias que têm ocorrido*". O protesto dos patriotas brasileiros foi imediato. Não fôra aquela a resposta do Príncipe - e Clemente Pereira teve de retificar os

têrmos do Edital, fazendo-o com a exatidão que ao primeiro faltara. Da janela do Senado da Câmara, os vivos, levantados pelo mesmo Presidente, não deixaram dúvidas de que ou não alcançara o verdadeiro significado do FICO ou estava êle sendo sabotado no seu nascedouro. Ao mesmo tempo, a esquadra portuguesa tentou o golpe, buscando prender o Príncipe e embarcá-lo à fôrça, o que quase se tornou possível - não fôra a ação do bravo General Xavier Curado, goiano de nascimento, que tivemos a honra de possuir como Governador da nossa Capitania, anos antes, Avilez, o Tenente General português, teve de refugiar-se em Niterói, de onde embarcou para Portugal um ano depois. Bonifácio, o Patriarca, foi chamado em janeiro de 1822 para Ministro do Reino e do Exterior e à sua ação se deve uma série de medidas que ainda mais cavariam a separação entre os dois povos. Decretos de Portugal só seriam vigentes no Brasil, depois do CUMPRASE do Regente, foi uma dessas medidas e, talvez, a mais importante delas. Nas Côrtes, os Deputados brasileiros passavam os maiores vexames. Na Bahia, Madeira de Melo entra em luta e consegue firmar um bastião de resistência lusitana em pleno coração do Brasil,

mas fôrças de desembarque que haviam sido mandadas de Portugal para o Rio de Janeiro, são repelidas. D. Pedro aceita o título de Defensor Perpétuo. Em junho de 1822, Andrada aplica mais um golpe decisivo: convoca uma Constituinte brasileira. Era, praticamente, a separação. Mas Lisboa toma as suas represálias. Considera ilegal a convocação da Constituinte: responsabiliza os Ministros signatários do Decreto; declara criminoso o Governo de São Paulo; cassa a Regência ao Príncipe e dá-lhe prazo de 30 dias para regressar a Lisboa, sob pena de ser excluído da sucessão lusitana; e considera traidores os chefes militares que obedecem ao Governo do Rio de Janeiro. D. Pedro fazia as suas andanças por São Paulo quando recebe as notícias às margens do Ipiranga - e o resto é sabido.

Num rompante muito seu, faz explodir a bomba da emancipação. Depois, são festas e depois são as lutas para firmar a independência, luta armada e luta diplomática. De Lisboa fogem os deputados brasileiros às Côrtes, exceto alguns dêles, que não acreditavam no movimento ou que nele não se haviam integrado, entre os quais o nosso Pe. Lourenço Rodrigues de Andrade, depu-

tado por Santa Catarina, meio matuto e muito simplório, que se apresentara ali sem documento de identidade, vestido pobremente, de pano tecido em sua terra, Santo Antônio aqui da Ilha, casaca ou batina, não sabemos, e que quase teve impedido o seu acesso ao plenário, pois mais parecia um eleitor pedinte do que um influente eleito. Lá ficou até 1823, quando o despediram, certamente.

Aliás, o Pe. Lourenço era bem o reflexo do que ia por Santa Catarina, isto é, ninguém mais entendia coisa alguma de tôdas estas complicações políticas que agitavam a Côrte do Rio de Janeiro. As notícias levavam quase um mês para chegar ao Destêrro e, quando chegavam, eram três e quatro de uma só vez, as mais delas contraditórias. Ninguém sabia achar o fio do complicado novêlo, embaraçada a trama que só um espírito muito atilado seria capaz de deslindar.

Não nos faltavam, é certo, patriotismo e anseios de liberdade - na mesma proporção que, por anos e anos, se acumulavam as queixas e os desgostos.

Ainda que chave do Brasil meridional, numa época em que o único sistema de comunicação e transporte era o marítimo - fomos tratados,

desde que daqui se ausentou a figura excepcional do Brigadeiro Silva Paes, com raras exceções, como enteados da Corôa.

Uma série de militares lusitanos, cada qual mais prepotente, cada qual mais atrabiliário - obrigava os homens da Capitania, que formavam o escol da sua incipiente sociedade, a agir com prudência e com cautela.

Não éramos apenas o antigo Presídido da Iha de Santa Catarina, uma praça forte a servir de base contra a audácia do castelhano, que, ao sul, arranhava as lindes da pátria - mas também uma praça forte, um baluarte contra quaisquer pruridos de independência.

Temperavamos com o sofrimento a nossa submissão.

Corram-se as crônicas e vamos encontrar os moradores sendo retirados das tarefas necessárias à sua subsistência para servirem na tropa, definitivamente, laçados pelo recrutamento compulsório, ou para os exercícios frequentes, nos Corpos de Ordenança.

E iremos encontrar que cada lavrador que não tivesse cem pés de algodão plantados em cada 50 braças de suas terras, pagasse dez tostões por planta que faltasse à conta, o dôbro na segunda vez e perdesse as terras, na terceira vez - e nunca se

cogitou de saber se o algodoeiro mirrava pela incúria do plantador ou se pela impropriedade do meio.

Em 1795, ainda se contribuía para a reconstrução da Cidade de Lisboa, devastada vinte anos antes pelo famoso terremoto - quando a Câmara não possuía sequer com que pudesse reconstruir a Ponte do Vinagre.

Enchia-se a Vila de tropa, destinada a defendê-la do castelhano - e mal êste pisou em terra, viu-se abandonada a terra que possuía nove fortalezas para defendê-la e quatro mil soldados para guarnecê-la.

Quando morreu a Rainha D. Maria I, a população foi obrigada a carregar luto cerrado por seis meses e outros seis de luto aliviado, não escapando nem mesmo os negros escravos que, à falta de roupas, haveriam de carregar fumo ao chapéu.

A máquina administrativa, civil e militar, cuja cúpula era sempre ou quase sempre ocupada por elementos reinóis, não permitia, está visto, qualquer audácia ou ousadia aos nacionais.

E, quando se defrontavam com brasileiros, como aconteceu com o Coronel Manoel Soares de Coimbra, não faltaram as intrigas dos maiores lusitanos, as denúncias, os papéis falsos - que os afastavam e os

anulavam.

Como poderiam os fatos preparatórios da emancipação chegar até o conhecimento dêste povo oprimido - se os pontos chaves estavam em mão dos lusos, se as notícias eram raras e descontraídas e, a qualquer suspeita, haveria o ousado de pagar no lombo, a custa de chibata, a temeridade de um ato menos pensado?

A notícia do FICO, por exemplo, chegou aqui em fevereiro e a Câmara Municipal, apressou-se em hipotecar solidariedade ao Príncipe, mas como desconhecesse o verdadeiro sentido de tudo aquilo, fê-lo da maneira cautelosa mais condizente com a situação. Arrumou palavras de belo efeito e não disse coisa nenhuma ... Vale recordar, pelo pitoresco, o fraseado da Câmara do Destêrro, que não quis dizer coisa alguma... e não disse, mesmo:

“Sereníssimo Príncipe: Seria deplorável a condição dos que regem os povos, se não tivessem mais do que o poder de os infelicitar, abusando da sua autoridade, e tanto mais deplorável ainda a dêstes se, ao contrário, não pudessem esperar daqueles bens inapreciáveis, em milhares de circunstâncias, pelo cumprimento das incalculáveis mas indispensáveis obrigações a que

estão ligados pelo social, por ser certíssimo que a felicidade destas duas classes está reciprocamente na razão direta uma da outra”. Simplesmente saboroso, como exemplo de “dizer” muita coisa, sem dizer coisa alguma - E por aí vai e, se não transcrevemos o documento na íntegra, é porque é longo e, se próprio para um estudo de história, é demasiado para uma palestra ...

Fato é que, com o pretexto de mandar três representantes a beijar a mão de Sua Alteza, arrumara as coisas de maneira a que viajassem para o Rio três observadores para que viessem contar, depois, o que se estava a tramar nos bastidores. Mas, mesmo assim, não impediu que andassem os nossos homens sempre atrasados em tomar o comboio dos acontecimentos, cometendo, aliás, as mais saborosas **gaffes** de que temos notícias na nossa história.

Em setembro de 1822, precisamente a 4, portanto 3 dias antes do “brado heróico”, a nossa Câmara escrevia ao seu Procurador no Rio, o insigne Xavier Curado, passando-lhe carta branca para agir e a 12, cinco dias após o Ipiranga, enviavam os maiores da terra, as suas classes conservadoras, a magistratura, o govêrno, o clero, as classes armadas, o povo, uma Carta ao Príncipe, que

Curado deveria entregar, na qual afirmavam reiterar votos de firme adesão à sua memorável Regência, assim como de amor, de lealdade inabalável que consagram êstes povos à pessoa augusta de V. A. R., ao Mui Alto e Mui Poderoso Rei, Se-nhor Dom João VI e a tôda a sua Real Família Soberana da Casa de Bragança”.

Por ai se vê que os observadores nada observavam...

Bem verdade que as notícias do gesto emancipador não haviam chegado ainda à Capital, que levavam elas tempo a chegar, dada a pobreza de comunicações. Apesar disso, preferível teria sido que Xavier Curado não a tivesse entregue, depois de quebrados os elos que uniam os dois países. Deveria tê-la guardado, explicando, depois, aos remetentes, que a sua entrega perdera a oportunidade pois quando saiu daqui já o mui-to alto e poderoso D. João VI... tinha substituído...

Mas a entregou, explicando certamente ao Príncipe o atraso, que não era novidade, e que os nossos amáveis tabareus, afinal, queriam afinar os seus sentimentos pelo resto da Nação, mas acontecia sempre que entravam fora de compasso... Não obstante, apesar de tôdas estas **gaffes**, o patriotismo da nossa po-

bre gente não pode ser posto em dúvida. Um pouco de precaução não fazia mal a ninguém, naquela época, tanto mais que para cá, com exceção de dois ou três governadores verdadeiramente compreensivo, a Metrôpole costumava mandar, como seus prepostos, a final flor do coronelismo lusitano.

Revelou-nos, em recente estudo, o eminente historiador Hélio Viana que, em 1812, José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, ele mesmo, em carta ao Conde de Funchal, sugeriu que lhe dessem uma oportunidade para pôr em prática as suas idéias de administrador, designando-o para algum governilho, mesmo subalterno.

“Poderia nele, se me dessem e me deixassem as mãos livres, ir plantar as artes e agricultura européia; pôr em administração regular os bosques; criar pescarias e salgações e experimentar o meu projeto de civilizar a cristão os índios... Um pequeno país que me convinha era Santa Catarina...” dizia o homem que modestamente se candidatava a um pequeno govêrno, quando o destino já lhe marcara o futuro, como estadista e patriarca da independência, para o govêrno do país.

E o que se viu?

Não se convenceram em retirar

daqui um Dom Luiz Maurício da Silveira, que, por doze anos, se manteve no posto de Governador e de quem relatam as crônicas, o soldo inteirinho entregava a um tal Freitas Corcunda, para comprar a consciência dos que o mantinham, vivendo aqui com os fartos proventos de uma corrupção que, de tão famosa, entrou para a crônica histórica.

E, quando afinal dêle se cansaram, ou êle dos catarinenses, substituíram-no por um atrabiliário Tovar de Albuquerque, que, quando não socava os queixos dos funcionários, o mínimo que fazia era meter na tropa, a exercício, a Câmara incorporada, apesar das imunidades (então se dizia privilégios) de que gozavam os Vereadores ...

Com tal gente, o melhor era não brigar, nem se exceder em manifestações de jacobinismo com demasiada ousadia.

Não obstante, quando as notícias dos fatos verificados em 1821, no Rio de Janeiro, chegaram ao Destêrro, más novas que Tovar de Albuquerque pretendeu conservar em segrêdo, mas que foram divulgadas pelos tripulantes da embarcação que as trouxera, agitou-se o povo. A tropa aprontou-se para a revolta ante os comentários que fervilhavam, agitados. Os moços se

entusiasmaram e conta Vasconcelos Drumond que os aconselhou: a revolução não era para nela se envolverem os brasileiros; deixassem correr o tempo fôssem observando e estudando, pois, quando chegasse a nossa vez, seria para a independência do Brasil". E, acrescenta: a minha voz foi ouvida e compreendida".

Dai se entende, perfeitamente que, quando chegou a notícia da independência, então abriram-se as comportas do entusiasmo, pois farta já andava a gente da terra de coronéis e burocratas lusitanos.

A notícia da independência só chegou em fins de setembro e a 1º de outubro a Câmara tomou as providências para que também aqui fôsse aclamado, no dia 12, o Imperador. Diz um ofício da Câmara que, mal chegou a notícia da independência ao Destêrro, foi obrigada a conter por persuasão o entusiasmo do povo, que queria logo aclamar Vossa Magestade Imperial por seu Imperador Constitucional, o que não lhe foi difícil pelo respeito às autoridades e moderação que sempre tem mostrado. Ao anoitecer do dia 11, salvaram as fortalezas.

Afinal, raiou o grande dia, que coincidia com a data natalícia de D. Pedro, no dizer da Câmara "dia venturoso para o Brasil, que fará eterno

o nome augusto de Vossa Majestade Imperial, novo Pedro Grande, e servirá de princípio aos momentos da glória brasileira”. Novas salvas ao amanhecer. Na Casa da Câmara reuniram-se os Membros do Govêrno, o clero, os oficiais das tropas, e o povo. Lavrou-se uma ata no mais pomposo estilo, cuja minuta deve ter sido mandada do Rio, pois as atas das Câmaras de São Francisco, Laguna e Lajes... são inteiramente iguais... E o Juiz de Fora, Dr. Francisco José Nunes, “com maior energia e entusiasmo”, proferiu os vivas de estilo, repetidos com calor pelo povo e pela tropa: “Viva a Nossa Santa Religião! Viva a Independência do Brasil! Viva o Imperador Constitucional do Brasil, Sr. D. Pedro I! Viva a Imperatriz do Brasil e a dinastia de Bragança imperante no Brasil! Viva o Povo Constitucional Brasileiro”!

Todos juraram sôbre os Santos Evangelhos e houve um edificante **Te Deum** para solenizar a aclamação do Primeiro Imperador. A ata foi assinada por centenas de pessoas, e, para encerrar, à tarde, realizou-se imponente procissão.

Duperrey, que chegou a Santa Catarina a 16 de outubro de 1822, a bordo da corveta **La Coquille**, na sua célebre viagem, segundo relata

Cândido de Melo Leitão, conta que o Ajudante da Fortaleza de Santa Cruz, tôdas as vezes que o encontrava, dirigia-lhe, à guisa de saudação as palavras: “Independência ou Morte”.

E, acrescentava, para que não se surpreendesse, o viajante, do insólito da saudação: Sim, preferimos morrer a sermos recolonizados, como quise-ram as Côrtes”.

Em São Francisco, Laguna e Lajes as solenidades foram mais ou menos pelo mesmo programa, sendo que, nesta última vila, realizaram-se cavalhadas e houve iluminação durante três dias.

Assim foi feita a independência, em nossa terra.

E o sete de abril?

Todos nós conhecemos os fatos que levaram à abdicação do primeiro Imperador.

Logo se divorciaram D. Pedro I e a Assembléia Constituinte. D. Pedro toma apôio na tropa, que contava, ainda, em suas fileiras, com inúmeros oficiais portugueses. A 12 de novembro, num golpe de fôrça, dissolve a Constituinte e manda prender nas fortalezas os Andradas e outros patriotas que haviam preparado a emancipação. Nova Assembléia é convocada e, a 25 de março de 1824, recebemos a primei-

ra Constituição que não foi bem aceita. Rebenta em julho a Confederação do Equador e a vindicta imperial cai sobre os vencidos, banhando de sangue Pernambuco e Ceará, onde o patíbulo se ergueu, para o sacrifício dos patriotas. No Rio, Ratclif sobe os degraus da força e a sua cabeça é salgada e enviada a D. Carlota Joaquina, presente do seu régio filho, para desagravo de antigas afrontas. Frei Caneca cai ante o pelotão de fuzilamento. Pouco depois, a Cisplatina, levantada por Lavaleja, toma armas contra o Império e, a 25 de agosto, é declarada a independência da Banda Oriental do Uruguai. Instala-se a guerra no sul. A vida do país conturba-se e o Imperador, já sem os sábios conselhos do Patriarca, deixa-se levar pelos seus áulicos. A imprensa inicia forte campanha contra D. Pedro. Sua visita a Minas foi recebida com dobres a finados.

A 5 de abril, nomeia o monarca o Ministério dos Marqueses, todos havidos como incapazes de se oporem às tendências absolutistas do trono. O povo não se conforma. Pede, do Campo da Honra, a sua demissão. D. Pedro, sempre com os seus conhecidos rompantes, responde: "Mantendo o meu direito constitucional de escolher livremente os membros do Ministério, estou pron-

to a fazer tudo para o povo, nada, porém, pelo povo.

A êste, entretanto, reúne-se a tropa, ante a resposta, pouco diplomática e em desacôrdo com a situação, mas, sem dúvida, digna de brios de um Príncipe, embora errado. O próprio Imperador manda que os outros regimentos adiram aos companheiros, pois não queria que quem quer que fôsse se sacrificasse por sua causa. À meia noite, Miguel de Frias expõe ao Imperante a situação e pede a sua resposta. Pedro responde com altivez: "Certamente não nomearei o Ministério que querem; a minha honra e a Constituição não m'o permitem; prefiro antes abdicar ou morrer do que fazer tal nomeação". E não fêz. Pela madrugada, sem ter ouvido quem quer que fôsse, entregou o documento de sua renúncia ao trono do Brasil, passando-o para o filho ainda criança, e entregando-o à tutoria do velho Bonifácio.

Foi nessa hora, em verdade, que começou a nossa integral independência. Ninguém mais pôde duvidar de que, de sete de abril em diante o Brasil se tornava dono dos seus próprios destinos. Dias de dificuldades e de lutas surgiram, sem dúvida, mas cessara a maior influência lusitana, através do mais alto dignitário

da Nação.

Todavia, os partidários da sua volta não tardaram a se agrupar, buscando valer-se das incertezas e das dificuldades dos primeiros tempos, para repor no trono o Bragança despedido, que, na conquista de um outro para a filha, iria escrever em Portugal uma epopéia de glória.

Foi preciso que os patriotas se unissem - e o fizeram através de uma extensa rede de sociedades, as chamadas Sociedades Patrióticas que se estendeu por todo o país e que, aqui em Santa Catarina, contou com os seus homens mais ilustres, aos quais, depois de muitos anos de ausência, se vinha associar, para ser sua figura mais importante, Jerônimo Coelho, que se tornaria o mais qualificado filho de Santa Catarina, durante o Império.

Termino aqui.

Todos conhecem e sabem o orgulho que temos da nossa ascendência e da nossa formação lusitana. Foi Portugal quem nos deu a unidade, a língua, a religião, a nossa cultura, enfim. Só não lhe quisemos todo o

bem que hoje lhe devotamos, quando nos negou a maioria com os di-reitos dela decorrentes, isto é, a emancipação. Não se libertam os filhos do jugo paterno ao transpor a idade limite fixada pela lei?

Assim, também, entre os povos. Há um instante em que a rebeldia é natural, decorrente da sua própria consciência, da sua própria vitalidade. Os que não a possuem não tem o direito de viver - pois só é possível viver com dignidade quem é livre.

Por isso, comemoramos a nossa libertação. Porque com ela afirmamos a nossa capacidade para viver dignamente, sem tutela, errando ou acertando por nossa única e exclusiva vontade, mas viver com os punhos livres de grilhões.

E o afirmamos corajosamente ao Mundo, quando os nossos mártires deram pela causa o seu sangue e os nossos patriotas não duvidaram empregar toda a sua inteligência em favor de uma Pátria que já tinha a idade de se dirigir sòzinha e de sòzinha percorrer os caminhos do porvir.

Mandada imprimir pelo Dr. Mário Tavares da Cunha Mello, Secretário do Interior e Justiça do Estado de Santa Catarina, em 1964.